



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
17ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CÂMARA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

1 Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, na
2 Associação Comercial e Industrial - ACI, Rua do Comércio, 1013, Frederico
3 Westphalen/RS, a partir das 09horas, ocorreu a 17ª Reunião Ordinária da
4 Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do Uruguai. **Membros**
5 **Presentes:** Comitê Ibicuí – Ivo Mello; Comitê Santa Maria – Eldo Frantz;
6 Comitê Butuí – Icamaquã – Luciano Alegre e Lucio Aquino; Comitê Várzea –
7 Simonia Gonçalves de Oliveira e Ivan Viana; Secretaria de Obras e Habitação
8 – Neorildo Dassi. **Demais Participantes:** Comitê Turvo – Santa Rosa – Santo
9 Cristo – Cristiane Maria Loebens; SEMA – Cícero Zorzi e Secretaria de Obras e
10 Habitação – João Batista Steigleder. **Ausências justificadas:** Comitê Ijuí –
11 Maria Lorete Thomas Flores; Comitê Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo –
12 Adilson João Steffen e Pedro Roman; Comitê Quaraí – Silvino Panziera;
13 Comitê Rio Negro – Eduardo Condorelli. A reunião foi iniciada com saudação
14 de boas-vindas do vice-presidente da CTU e presidente do Comitê Butuí –
15 Icamaquã – Luciano Alegre, que na ausência do presidente da CTU assume a
16 coordenação dos trabalhos. Luciano agradece a disponibilização do espaço
17 para a realização a reunião. Em ato contínuo passou a palavra para o Ivan que
18 fez a sua saudação em nome do Comitê Várzea e da ACI de Frederico
19 Westphalen. Em seguida Luciano apresentou brevemente a ordenação dos
20 itens de pauta, com a aprovação se seguiu a avaliação e posicionamento dos
21 seguintes itens: **Item 1 – Apreciação e aprovação da ata 16ª Reunião da**
22 **CTU:** A Ata foi aprovada por unanimidade, pelos membros presentes e enviada
23 ao CRH/RS. **Item 2 – Cobrança pelo uso da água:** A temática foi debatida em
24 ~~inúmeras~~ reuniões da CTPERH que se debruçou sobre o assunto em 2018. O
25 grupo elaborou o esboço de uma tabela com critérios mínimos de cobrança,
26 que ainda precisa de ajustes e ser melhorada para que possa atender a todos
27 os usuários. O tema da cobrança aventado no segundo semestre de 2018
28 desencadeou uma maior mobilização das entidades e categorias, bem como a
29 sua participação nas reuniões dos Comitês de Bacia e solicitações de
30 participação em reuniões de diferentes segmentos de usuários. A CTU teme
31 que este passo atrás nos debates possa desmobilizar a participação e colocar
32 em risco a credibilidade do sistema de recursos hídricos. Após os debates e
33 considerações ficou definido o envio de ofício ao presidente do CRH solicitando
34 o empenho na continuidade dos estudos dos critérios e viabilidade da cobrança
35 pelos usos da água no Rio Grande do Sul, e a cópia das Atas e sínteses das
36 reuniões da CTPERH em que foi abordado o tema da cobrança para análise na
37 próxima reunião da CTU. **Item 3 – Contaminação da água por agrotóxicos:**
38 A CTU considera o assunto de extrema importância, levando em conta os
39 índices de contaminação divulgados, mas também identificou conflito de
40 informação apresentado no site, pois ao abrir as análises que embasaram o
41 estudo na maioria das vezes os parâmetros estão zerados ou em branco. Os
42 membros da CTU sentem a necessidade de verificar as análises que
43 embasaram o estudo a fim de compartilhar a informação correta com os
44 membros dos CBH. Assim solicita que seja enviado ofício solicitando ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
17ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CÂMARA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

45 VIGIÁGUA a cópia das análises de água que embasaram as publicações da
46 contaminação da água por agrotóxicos, na região Hidrográfica do Uruguai. **Item**
47 **4 - Perspectivas em relação a atual gestão Estadual e Nacional:** em relação
48 a gestão Nacional não se vê caminho para a gestão de recursos hídricos, pois
49 foram mantidos somente os conselhos instituídos por lei e os demais conselhos
50 e grupos de trabalho criados via decreto foram extintos. Estamos em *modus*
51 *operandi*, a nível nacional o conselho ainda não se reuniu. No estado somente
52 a CTFERH e a CTIJ se reuniram até o momento. Capacitações solicitadas já a
53 2 anos não ocorreram. Planilha da cobrança gerou um avanço na mobilização
54 e participação nos Comitês, e a sua desmobilização pode trazer graves
55 consequências ao sistema de RH. Cícero demonstra preocupação com o CBH
56 Piratinim que não consegue avançar, problemas para se reunir, foi sugerido
57 que se una novamente a outro para se fortalecer ou os outros CBH o apoiarão
58 em sua reestruturação? Sem apoio a secretaria executiva tem dificultado o
59 avanço da rearticulação do Comitê. CBH foram a apresentação da experiência
60 do Espírito Santo com muitas expectativas de conhecer o novo formato de
61 trabalho sugerido pelo DRH. Ficaram decepcionados, pois não teve
62 apresentação e a Monica, representante do ES disse que ela veio ouvir os
63 nossos CBH, pois estão mais adiantados que eles. O Sistema tem oferecido
64 muito pouco de retorno as entidades e a população. **Item 5 – Posicionamento**
65 **da CTU em relação a mudança das atribuições da ANA como a nova**
66 **possuidora da concessão do serviço de saneamento:** O grupo pondera que
67 se a ANA, via Pró-Comitês em 2 anos não viabilizou a capacitação dos CBH,
68 como poderá avançar com relação ao Saneamento. Considerou-se a pauta
69 prejudicada devido a ausência do proponente e foi proposta sua retirada da
70 pauta. **Item 6 – Como impacta sobre os Comitês a proposta MP 868/2018**
71 **que entre outras coisas muda o papel da Agência:** Os municípios são os
72 detentores da realização dos Saneamento Básico e muitas vezes passam a
73 concessão a outrem que é eficaz cumprindo o contrato ou não. ANA
74 regulamenta, fiscaliza as concessões de saneamento. Ivan usa exemplo do
75 CBH do Várzea onde um pequeno município retomou o Saneamento e hoje
76 possui tratamento e coleta de seu esgoto via municipalização. Nos demais
77 municípios a concessionária afirma que os municípios são deficitários e isso
78 inviabiliza o tratamento de esgoto. Comitês devem olhar a execução destes
79 planos e sua execução. **Item 7 – Participação em Câmaras Técnicas e**
80 **Conselhos:** Eldo informa que o Comitê Santa Maria deseja continuar
81 ocupando as vagas que ocupa atualmente, preferentemente como Titular caso
82 seja assim decidido/permitido pelos membros da CTU, caso contrário se sua
83 indicação for suplente também se farão presentes na reunião, pois consideram
84 de suma importância a participação tanto dos titulares como suplentes em
85 todas as instâncias de participação. As Câmaras técnicas em que o Comitê
86 Santa Maria participa são: CRH; CTIJ; CTPERH; CTFERH; e CTASP ambas as
87 vagas ocupadas são de titular. Devido ao número reduzido de Comitês
88 presentes ficou sugerido que seja encaminhado e-mail aos membros da CTU



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
17ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CÂMARA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

89 para que se manifestem sobre a composição das Câmaras Técnicas para o
90 próximo período, bem como fica sugerido que o FGC, solicite ao CRH, a
91 relação de frequência das atuais composições a todas as reuniões das
92 instâncias em processo de renovação, para verificação de efetividade das
93 representações dos Comitês e Secretarias de Estado, para um processo de
94 escolha/indicações baseado na efetividade no exercício da representação. **Item**
95 **8 – Assuntos gerais:** 1. Eldo reitera que solicitou ao presidente Adilson
96 contextualizar um dos itens de seu relato, já enviado a todos, com o resumo
97 das tratativas com o Diretor do DRH na reunião com as CG's, que trata da
98 possibilidade/necessidade de acumulação de água na RHU, inclusive no Médio
99 e Alto Uruguai, mas esta ficou inviabilizada com a ausência do mesmo; 2.
100 Pedido de espaço neste item para Demanda ao DRH/CRH, conforme que
101 ocorre em Ofício 019/2019 – Paulo Renato Paim, do Comitê Santa Maria
102 (anexo), para considerações sobre se esta é questão que ocorre em outras
103 BHs da RHU: Na bacia do Santa maria estão ocorrendo equívocos ou
104 divergências entre definições de açude e barragem. Verificou-se que há um
105 problema de identificação ou interpretação das informações da base
106 cartográfica; 3. Eldo informa que na CTIJ está ocorrendo debate com relação
107 ao decreto que regulamento os RI dos CBH. Não há nenhuma restrição na
108 legislação a reeleição. Cada Comitê define se e quantas reeleições podem
109 ocorrer em seus RI. Posição da CTU que cada CBH revise seus RI. 4. Ivo Mello
110 apresenta a proposta do Narvaes do uso de parcela da taxa da CDO paga por
111 hectare de arroz ao Estado que deve repassar o valor ao IRGA. Hoje o Estado
112 tem 1 milhão de hectares de produção de arroz, o valor arrecadado é de R\$
113 90,00 por hectare. Deste 55% hoje são repassados ao IRGA, onde 25% são
114 usados para pesquisa e extensão e o restante para pagar inativos. Sugestão é
115 de que se use uma parcela do passivo de R\$ 250 milhões em projetos como:
116 Apoio as secretarias executivas, cadastro de barragens, planos de bacia. IRGA
117 participa de 20 dos 25 CBH do Estado. Não são atendidos os CBH Ijuí, Turvo,
118 Várzea, Passo Fundo e Apuaê, portanto não se enquadrariam na proposta de
119 atendimento. Após estas deliberações a reunião foi encerrada pelo vice-
120 presidente Luciano. A ata foi redigida a partir da síntese gerada pela Secretária
121 Executiva do CBH Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo, Cristiane Maria
122 Loebens. Luciano Alegre – Vice-Presidente da CTU.